

	<p align="center"><b>Estado de Mato Grosso</b>  <b>Prefeitura Municipal de Vila Bela Santíssima Trindade - CNPJ: 03.214.160/0001-21</b>  <b>Rua Dr Mario Correa, 452, centro</b>  <b>Setor de Engenharia</b></p>
	<p><b>Serviço:</b> EXECUÇÃO DE SONDAGENS DE SOLO DO TIPO SPT, ROTATIVA E ENSAIO DE TAXA DE PERCOLAÇÃO</p>
<p><b>Local:</b> Vila Bela da Santíssima Trindade-MT</p>	<p align="center"><b>PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DO BDI</b></p>

Em atenção ao estabelecido pelo Acórdão 2622/2013 – TCU – Plenário reformamos a orientação e indicamos a utilização dos seguintes parâmetros para taxas de BDI:			
<b>Tipo de obra:</b>	Construção de edifícios	<b>Obras que se enquadram no tipo escolhido:</b>	
<b>Alternativa mais vantajosa para a Administração Pública:</b>	Onerado	Para o tipo de obra "Construção de Edifícios" enquadram-se: a construção e reforma de: edifícios, unidades habitacionais, escolas, hospitais, hotéis, restaurantes, armazéns e depósitos, edifícios para uso agropecuário, estações para trens e metropolitanos, estádios esportivos e quadras cobertas, instalações para embarque e desembarque de passageiros (em aeroportos, rodoviárias, portos, etc.), penitenciárias e presídios, a construção de edifícios industriais (fábricas, oficinas, galpões industriais, etc.), conforme classificação 4120-4 do CNAE 2.0. Também enquadram-se pátios, mirantes e outros edifícios de finalidade turística.	
<b>TAXA DE BDI A SER APLICADA SOBRE O CUSTO DIRETO:</b>		<b>OBSERVAÇÕES</b>	
<b>19,85%</b>		Alíquota do ISSQN praticada no município de Vila Bela da Santíssima Trindade é de <b>5% (cinco por cento)</b> , aplicada sobre <b>40%</b> (quarenta por cento) do valor bruto da Nota Fiscal, de acordo com o Código Tributário Municipal – Lei Complementar nº 005/2007 de 21 de dezembro de 2007.	
<b>Parâmetro</b>	<b>%</b>	<b>Verificação</b>	As tabelas que apresentam os limites foram construídas sem considerar a desoneração sobre a folha de pagamento prevista na Lei nº 12.844/2013. Caso o CNAE da empresa indique que a mesma deve considerar a contribuição previdenciária sobre a receita bruta, será somada a alíquota de 2% no item impostos.
<b>ADMINISTRAÇÃO DA OBRA</b>	<b>5,36%</b>		
<b>AC - Administração Central</b>			
Min: 3,00% Máx: 5,50%	<b>3,00%</b>	<b>OK</b>	
<b>SG - Seguros e Garantias</b>			
Min: 0,80% Máx: 1,00%	<b>0,80%</b>	<b>OK</b>	
<b>R - Riscos</b>			
Min: 0,97% Máx: 1,27%	<b>0,97%</b>	<b>OK</b>	
<b>DF - Despesas Financeiras</b>			
Min: 0,59% Máx: 1,39%	<b>0,59%</b>	<b>OK</b>	
<b>LUCRO</b>	<b>6,16%</b>		$BDI = \frac{(1 + AC + S + R + G)(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} - 1$ <p>Onde:  AC: taxa de administração central;  S: taxa de seguros;  R: taxa de riscos;  G: taxa de garantias;  DF: taxa de despesas financeiras;  L: taxa de lucro/remuneração;  I: taxa de incidência de impostos (PIS, COFINS, ISS).</p>
<b>L - Lucro</b>			
Min: 6,16% Máx: 8,96%	<b>6,16%</b>	<b>OK</b>	
<b>TRIBUTOS</b>	<b>6,65%</b>		
<b>Impostos: PIS</b>	<b>0,65%</b>	<b>OK</b>	
<b>Impostos: COFINS</b>	<b>3,00%</b>	<b>OK</b>	
<b>*Impostos: ISSQN (mun.)</b>	<b>3,00%</b>	<b>OK</b>	
<b>**Regime de desoneração (4,5%)</b>	<b>0,00%</b>	<b>OK</b>	

*ISSQN - Imposto Sobre Serviços	
5,00%	Código Tributário Municipal, Lei Complementar n.º 51/2013, art. 59, § 5º: "Não sendo possível comprovar o montante e o valor dos materiais utilizados e incorporados à obra, exatamente na forma do parágrafo anterior, considerar-se-á para fins de valor da Base de Cálculo de incidência do ISSQN, o equivalente a 40% (quarenta por cento) do valor da Nota Fiscal e ou do serviço de execução da obra, como sendo de materiais incorporados, incidindo a alíquota de 5% (cinco por cento) sobre os 60% (sessenta por cento) restantes."
60,00%	% mão de obra da Nota Fiscal

**DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO
<p>A partir de 2011, as empresas passaram a ser contempladas com a política nacional de desoneração da folha de salários, substituindo a Contribuição Patronal Previdenciária (CPP), referente a 20% sobre a folha salarial, por um contribuição de inicialmente 1,50% ou 2,50%, que posteriormente baixou para 1,00% ou 2,00% sobre a receita bruta, conforme segmento da empresa. Em 13 de novembro de 2014 foi criada a Lei nº 13.043, tornando permanente a desoneração da folha.</p> <p>Nos termos da Lei n.º 12.546/2011 e alterada pela Lei n.º 13.202/2015, alterou a alíquota incidente sobre a receita bruta das empresas. No caso da construção civil, a alíquota mudou para 4,50%, para preços desonerados. Com essa lei, a desoneração passou a ser facultativa, sendo opção da empresa a escolha entre a Contribuição sobre a Receita Bruta (CPRB) ou contribuir sobre a folha salarial, optando em cada obra de construção civil por uma das duas contribuições.</p>

Vila Bela da Santíssima Trindade-MT 24/06/2024

SERGIO DE MELLO SANTOS  
ENGENHEIRO CIVIL  
CREA: MT039458